

OS ESCRAVOS NA BAHIA NO ALVORECER DO SÉCULO XIX.

(Estudo de um grupo social).

KATIA M. DE QUEIRÓS MATTOSO

da Universidade Católica do Salvador.

Entre os documentos históricos que podem servir ao estudo econômico, social ou mesmo das mentalidades da sociedade colonial, os inventários *post-mortem* ocupam um lugar privilegiado (1).

Os dados que se extraem de um inventário são riquíssimos e podem levar-nos ao conhecimento das estruturas sociais do passado, até agora pouco estudadas, principalmente quando se trata da estrutura social urbana (2).

O inventário aparece como um ato complementar ao ato jurídico do testamento, porem indispensavel para que as últimas vontades do testador sejam executadas.

De costume, testamento e inventário são reunidos num mesmo volume. Mas, há casos em que o inventário não é precedido pelo testamento, o que priva o pesquisador de utilizar uma série de dados muito importantes.

Por exemplo, no inventário encontramos somente uma parte das informações referentes a pessoa do testador: nome, prenome, profissão, estado civil, número de filhos, endereço residencial. Omitem-se, assim, outras informações que habitualmente constam no testamento, e que ajudam completar o retrato que se gostaria de traçar do tes-

(1). — MATTOSO (Katia M. de Queirós), A propósito de Cartas de Alforria, Bahia 1779-1850. In *Anais de História*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, São Paulo. (No prelo).

(2). — MATTOSO (Katia M. de Queirós), Sociedade e Conjuntura na Bahia nos anos de luta pela Independência (1822-1823). In revista *Universitas*, Universidade Federal da Bahia. (No prelo).

tador: títulos honoríficos, naturalidade, filiação, batismo, modo e lugar do sepultamento.

De modo geral, os inventários possuem duas partes principais: o inventário e avaliação dos bens possuídos pelo testador e a partilha, isto é, a distribuição, entre os herdeiros do testador, destes bens.

Da primeira parte do inventário, parte em que se faz a avaliação dos bens do testador, pode ser obtida uma série de dados quantitativos. Estes dados quantitativos podem ser utilizados para a elaboração de uma classificação dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade colonial, a partir dos níveis de fortunas de seus membros. Referem-se estes dados quantitativos a valores que representam:

Os *bens imobiliários*, urbanos ou rurais, segundo se trate de um habitante do campo ou da cidade. Porém, com frequência, o mesmo proprietário de bens imobiliários urbanos possui também propriedades rurais e vice versa;

O *dinheiro líquido*;
As *dívidas do ativo*;
As *dívidas do passivo*;

Os *móveis, jóias* (em ouro ou prata, assim como as pedras preciosas e semi-preciosas) e *roupas*;

Os *escravos*. Estes aparecem as vezes como ligados diretamente a pessoa do testador. Neste caso, o inventário menciona que se trata de escravos “só do defunto”. Porém, na maioria das vezes, os escravos são ligados a um bem rural (engenho, roça, fazenda) ou são então arrolados como qualquer outro bem móvel.

Os dados que acabamos de enumerar são mais do que suficientes para permitir uma classificação dos grupos que constituem a sociedade colonial. Todavia, esta tentativa de classificação acha-se gravemente prejudicada pelo fato de que somente certas camadas, as mais favorecidas materialmente, são apreensíveis através dos inventários. Porque, se habitualmente uma boa porcentagem da população tinha por costume deixar um testamento — e nesta porcentagem podemos até incluir boa parte da população escrava — este testamento era muito mais o fruto do desejo do homem de então deixar consignado, por intermédio de um ato oficial, as suas últimas vontades relativas ao modo e lugar de seu sepultamento, do que um ato pelo qual ele propunha uma modalidade de distribuição de sua fortuna entre os seus herdeiros. De modo que o número de testamentos é sempre superior ao número dos inventários, e, raros são os casos em que en-

contramos inventários que pertencem a gente humilde (3). Aliás, tal situação é bastante coerente com o que se supõe ser uma sociedade a base escravocrata: um pequeno grupo de privilegiados se justapondo à grande massa de população. Esta grande massa não deixou, praticamente, nenhum vestígio, de modo que ela é dificilmente apreensível através dos esquemas propostos pela metodologia em uso (4).

A partilha, ou ato pelo qual se distribui entre herdeiros os bens deixados pelo testador e inventariado, forma a segunda parte do inventário. Esta segunda parte é tão importante quanto a primeira, pois é por seu intermédio que tomamos conhecimento de que maneira foi feita a distribuição dos bens, quais foram os seus beneficiários e porque.

Finalmente, o inventário torna-se ainda mais interessante quando litigioso. Neste caso, ele pode, às vezes, se arrastar sobre dezenas de anos antes que os herdeiros entrem em acordo.

Quando se trata de um inventário litigioso, há avaliações periódicas dos bens deixados pelo inventariado, de maneira que se pode seguir as variações, no tempo, dos preços destes bens periodicamente avaliados. Por outro lado, se pode também assistir à degradação que sofriam certos bens e sua consequente perda de valor porque, ou não utilizados racionalmente (escravos que se deixavam perecer por falta de cuidados, ou cujos serviços deixavam de ser explorados e, por conseguinte, de fornecer uma renda capaz de remunerar as despesas que o inventariante tinha para com o estabelecimento do inventário) ou porque abandonados até a sua destruição, como era o caso para certas casas da cidade ou engenhos de açúcar.

Por todas estas razões que terminamos de expor, e que são apenas algumas de um número ainda maior que poderíamos continuar a alinhar, pensamos que os inventários são realmente a mais preciosa documentação que dispomos atualmente para o conhecimento do passado colonial.

Mas para que o inventário venha a desempenhar a função primordial no estudo do pasado colonial, nos termos em que o definimos

(3). — Por exemplo, no decênio 1801-1810, foram encontrados apenas dois inventários referentes a bens de gente mais humilde: os inventários de um pescador e de um pequeno roçeiro.

(4). — Pensamos especialmente nos trabalhos dos historiadores franceses que dispõem, para a França, de séries de documentos onde a quase totalidade da população é representada: contratos de casamento, contratos de arrendamentos, e diversos documentos de tipo fiscal. Infelizmente estes tipos de documentos desapareceram por completo do acervo dos arquivos baianos.

acima, ele deve ser usado em escala muito larga, isto é, em escala quantitativa. Neste sentido vimos trabalhando há alguns anos, procedendo a um levantamento exaustivo dos dados contidos nos inventários e que se referem a fortunas de pessoas falecidas entre 1751 e 1850. Para este efeito, foi confeccionada uma ficha especial (vide anexo nº 1) na qual são inscritos os dados extraídos dos inventários, o que facilita o trabalho final de apuração.

A utilização em escala quantitativa de inventários foi possível graças à existência de uma excelente série no arquivo público do Estado da Bahia. Esta série inicia-se em fins do século XVII e termina-se em torno de 1914. Ela é constituída pelos fundos dos estabelecimentos notariais (tabelionatos) da cidade do Salvador e os das cidades do Recôncavo e do Interior baiano. Contudo, é-nos difícil saber se estes inventários representam a totalidade dos inventários estabelecidos entre o final do século XVII e 1914.

A presente nota tem por objetivo comentar alguns dos resultados obtidos para um dos itens que geralmente constam nos inventários: o item referente a escravos.

Para isto, apresentaremos resultados relativos a dois biênios tomados do período inteiro de 1751-1850: o biênio de 1805-1806 e o biênio de 1810-1811. Para estes quatro anos foi examinada a totalidade de inventários encontrados para as pessoas que os estabeleceram em tabelionatos da cidade do Salvador. Assim, para o biênio 1805-1806, foram examinados 26 inventários, enquanto que para o biênio 1810-1811, examinamos 27 inventários.

* *

*

Antes de mais nada, duas perguntas exigem ser aqui colocadas:

Em primeiro lugar, por que ter escolhido o item dos escravos para demonstrar a importância do inventário no conhecimento do passado colonial da Bahia?

Em segundo lugar, por que de um período de cem anos, período que se inicia em 1751 e que se termina em 1850, ter-nos fixado nos biênios de 1805-1806 e 1810-1811?

A escolha do item referente aos escravos, tomado como exemplo para ilustrar a importância do inventário no conhecimento do passado colonial da Bahia, justifica-se por várias razões. Estas razões são de ordem principalmente econômica e social.

De ordem econômica, porque o sistema então em vigor repousava sobre o trabalho servil e sobre a produção de grandes produtos de exportação, tais como, o açúcar, o tabaco e, em escala bem inferior, o algodão. Principais agentes de produção massiva de bens primários de exportação, os escravos têm sido insuficientemente estudados. Explicamos alhures o porque desta falta de estudos mais aprofundados (5). Relembremos somente aqui que entre os grandes problemas que o estudo da mão-de-obra servil coloca, encontram-se aqueles referentes ao seu custo e a sua rentabilidade. Dois problemas cujo conhecimento pode esclarecer um aspecto muito discutido da escravidão, a saber: porque o sistema escravocrata permanece a principal modalidade de produção até, praticamente, o final do século XIX, apesar de ter sido considerado dispendioso.

Do ponto de vista social, o estudo dos escravos encontra a sua razão de ser no fato de que estes compõem, então, o grupo mais importante da sociedade. Grupo que possui as suas hierarquias, os seus modos de ser, até mesmo as suas próprias aspirações, e que mantém com o grupo dominante (composto pelos donos dos meios de produção e de comercialização de bens primários produzidos por eles escravos) relações até agora insuficientemente definidas (6).

A segunda indagação que colocamos acima dizia respeito ao porque da escolha dos biênios de 1805-1806 e 1810-1811 para efetuar o nosso estudo. Varias razões poderiam ser alinhadas aqui para justificar esta escolha. Mencionemos porém a principal:

Numa perspectiva de longa duração, e segundo uma cronologia conjuntural, estabelecida a partir de uma documentação qualitativa (7) e quantitativa (8), os dez últimos anos do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX se apresentam como nitidamente favoráveis à economia baiana.

Com efeito, a longa depressão do século XVII, que se prolongou na Bahia até cerca de 1770, substituiu-se, a partir deste período, uma

(5). — C. f. MATTOSO (Katia M. de Queirós), *A Propósito de Cartas de Alforria...*

(6). — C. f. MATTOSO (Katia M. de Queirós), *Sociedade e Conjuntura na Bahia...*

(7). — CALDAS (José Antônio), *Notícia Geral da Bahia*, 1759; LISBOA, José da Silva, Carta a Domingos Vandelli, 1781; *Aspectos de Economia Colonial* (autor anônimo) 1789-1790; VILHENA (Luis dos Santos), *A Bahia no século XVIII*, 1802; *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*, 1807, de Rodrigues de BRITO e outros.

(8). — *Maços de Despesa* da Santa Casa de Misericórdia da Bahia dos quais foram extraídas séries de preços que permitiram o estudo da conjuntura econômica da Bahia entre 1751 e 1930.

fase de prosperidade cujo máximo se situa entre 1790 e 1817. Ele deveu-se, em grande parte, ao desenvolvimento da atividade agrícola que se concentrou na produção do tabaco e do algodão, mas sobretudo na produção açucareira (que faz figura de produto dominante) e que foi estimulada por uma série de condições internas e externas.

Entre as condições internas podemos mencionar a paulatina redução de taxas, almotaçarias e condenações que caracterizavam o “regime exclusivo” do mercantilismo colonial; o papel desempenhado pela Mesa de Inspeção d’Agricultura e Comércio, cuja principal função era a de velar sobre a qualidade dos produtos exportados e, finalmente, a introdução de técnicas novas para a lavoura e a industrialização do açúcar as quais contribuíram em aumentar a sua quantidade e em melhorar a sua qualidade.

Das condições externas, que favoreceram a retomada da atividade agrícola na Bahia, três nos parecem ser as essenciais:

Primeiro, as guerras da Revolução francesa e do Império francês as quais estimularam o comércio desenvolvido pelos países que tinham conseguido conservar a sua neutralidade. No caso de Portugal, este país só começou a sofrer certas dificuldades comerciais a partir do momento em que o seu território foi ocupado pelos exércitos franceses. Mas, mesmo assim, o comércio de sua colônia brasileira pouco sofreu na medida em que a Inglaterra, que era o seu principal comprador, continuou a comerciar, desta vez diretamente com esta colônia. Não esqueçamos que o estabelecimento em massa de agentes comerciais estrangeiros no Brasil se dá pouco depois da chegada nesta colônia da família Real portuguesa.

Segundo, a Revolução francesa e as guerras que a seguiram, desorganizaram a produção açucareira de dois dos principais produtores antilheses: o Haiti e a Jamaica. Esta desorganização da produção açucareira antilhese teve como resultado tornar o Brasil detentor de um quase monopólio deste produto de primeira necessidade no mercado internacional.

Finalmente, a retomada da prosperidade econômica baiana foi facilitada pela conjuntura econômica internacional, extremamente próspera entre 1787 e 1817.

Se quisermos resumir em um quadro sucinto as principais fases conjunturais da economia baiana entre 1751 e 1850, teremos o seguinte esquema:

1751-1770:	fase <i>b</i> (depressão).
1771-1786:	fase de <i>recuperação</i> .
1787-1821:	fase <i>a</i> (de prosperidade).
1822-1842-45:	fase <i>b</i> (depressão).
1842-45-1860:	fase de <i>recuperação</i> .

Por este esquema, podemos verificar que os dois biênios considerados no presente estudo, foram tomados no meio de uma fase conjuntural de prosperidade, isenta de acidentes e de movimentos especulativos. Por estas razões, esta fase era de relativa estabilidade e os anos contidos entre 1805 e 1811 nos pareceram os mais ideais para o estudo que nos propunhamos fazer. Porque, não pensamos que a ocupação de Portugal pelos franceses, e a vinda para o Brasil da família real tenham em algo alterado as condições favoráveis da economia baiana. Esta economia permaneceu bastante dinâmica e florescente até os anos de 1821. Por isso, acreditamos que o período 1805-1811 era o que melhor se prestava para o nosso estudo.

* * *

*

Como já referimos acima, temos para os biênios de 1805-1806 e 1810-1811 um total de 53 inventários (9). Todos estes inventários referem-se à pessoas cujo testamento foi registrado em tabelionatos da cidade do Salvador. Estes 53 inventários nos deram um total de 582 escravos, sobre os quais uma série de dados muito importantes puderam ser reunidos. Com estes dados, preparamos algumas tabelas cuja leitura e interpretação devem nos ajudar a melhor compreender alguns aspectos deste grupo social que eram os escravos.

Porem aqui, não pretendemos fazer uma interpretação exaustiva das tabelas que publicamos. Queremos apenas tecer alguns comentários em torno deste material quantitativo e, sobretudo, mostrar o proveito que se pode tirar deste tipo de documentação. Porque as tabelas apresentam muitas variáveis, e as combinações entre as variáveis podem ser inúmeras, enriquecendo, assim, ainda mais os nossos conhecimentos.

(9). — Estes inventários são classificados no arquivo público do Estado da Bahia, Secção judiciária, sob os seguintes números:

Biênio 1805-1806: 11A-663, 4-664, 8-664, 3-665, 6-666, 1-667, 2-667, 3-667, 4-667, 3-668, 5-668, 6-668, 1-669, 3-669, 4-669, 5-669, 8A-669, 9-669, 1-670, 2-670, 1-671, 7-671, 8-671, 6-672.

Biênio 1810-1811: 5-662, 1-675, 2-675, 3-675, 7-675, 8-675, 9-675, 2-676, 5-676, 6-676, 1-677, 3-677, 4-677, 5-677, 2-678, 1-679, 2-679, 3-679, 4-679, 1-680, 2-680, 5-680, 6-680, 1-681, 2-681, 3-681, 5-681.

A primeira tabela que confeccionamos nos fornece informações a respeito do lugar de procedência dos escravos:

TABELA Nº I — *Procedência.*

<i>Anos</i>	<i>Africanos</i>	<i>Brasileiros</i>	<i>Não Especificados</i>	<i>% Brasileiros</i>
1805-1806	246	121	25	30,8
1810-1811	152	37	1	19,5

A observação desta tabela mostra que, nos dois biênios considerados, a quantidade dos escravos nascidos na África é substancialmente superior àquela dos escravos nascidos no Brasil. De fato, a porcentagem dos escravos crioulos é, para os anos de 1805-1806, de 30,8% e somente de 19,5% nos anos de 1810-1811. Esta porcentagem ainda menor de escravos crioulos, verificada nos anos de 1810-1811, indicaria a existência de uma massa servil africana ainda maior sobre o mercado de trabalho.

Porque queremos crer que, em períodos de prosperidade, a exigência por uma mão-de-obra fresca tornava-se premente. Dai, a intensificação do tráfico negreiro, e a injeção, no mercado de trabalho servil, de uma massa de escravos importados cada vez maior, o que, sem dúvida, alterava a relação escravos crioulos ↔ escravos africanos em favor dos últimos.

Em períodos de depressão deveria se produzir o inverso: o comércio de mão-de-obra servil era substancialmente reduzido de maneira que o número de escravos crioulos aumentava. Todavia, não acreditamos que a porcentagem de escravos crioulos, sobre o total da população escrava, tenha sido superior a 40%, mesmo nos períodos da mais profunda depressão. Mas esta hipótese deve ser ainda verificada por estudos localizados nas fases depressivas da economia baiana.

Estes estudos poderiam esclarecer um dos problemas econômicos fundamentais do sistema de produção escravocrata: o problema da velocidade com que era substituída a mão-de-obra servil, considerada como um bem de produção.

A utilização quantitativa dos inventários *post-mortem* permite ainda que se obtenham dados referentes ao lugar de procedência dos escravos nascidos na África.

Todavia, como podemos verificar, observando a tabela nº II, vários dos nomes que se encontram arrolados referem-se à portos afri-

canos, a partir dos quais se fez o carregamento de escravos, e não, nomes indicando as filiações tribais destes mesmos escravos.

É o caso, por exemplo dos escravos qualificados como Angola, Benin, Benguela, Gentio da Costa e Mina. Mas, apesar disto, a nossa lista comporta ainda alguns nomes que, indicam claramente a filiação tribal dos escravos, como: os Aussá, Nagô, Gege, Tapa etc.

TABELA Nº II — Nação de origem.

Nação de origem	Biênio 1805-1806		Biênio 1810-1811	
	H	M	H	M
Gentio da Costa	80 (58)	(22)	20 (11)	(9)
Angola	63 (50)	(13)	30 (19)	(11)
Mina	28 (16)	(12)	9 (6)	(3)
Benguela	21 (15)	(6)	15 (11)	(4)
Aussá	12 (12)	—	14 (14)	—
Nagô	18 (9)	(9)	22 (19)	(3)
Gege	20 (5)	(15)	33 (16)	(17)
Tapa	1 (1)	—	4 (4)	—
Ilha de São Tomé	2 (1)	(1)	1 (1)	—
Barba	1 (1)	—	—	—
Benin	—	—	2 (2)	—
Maquina	—	—	1 (1)	—
Gutman	—	—	1 (1)	—

Uma segunda observação, que podemos fazer sobre a tabela nº II, é que a maioria dos escravos africanos acha-se incluída nas grandes denominações genéricas como Gentio da Costa, Angola, Mina etc., de maneira que se torna quase impossível obter informações mais precisas sobre as ligações tribais destes mesmos escravos. O único estudo a fazer é o estudo dos portos de embarque destes escravos através do qual se poderia, talvez, entrever o papel que desempenharam, conjunta ou sucessivamente, no comércio escravo, certas áreas geográficas africanas.

Passemos agora à tabela seguinte:

TABELA Nº III — Repartição dos escravos por sexo.

Anos	Homens	Mulheres	% em Homens
1805-1806	264	128	67,3%
1810-1811	113	67	62,7%

A leitura da tabela nº III indica claramente a preferência que se dava à posse de escravos de sexo masculino. As porcentagens de 67,3 e de 62,7%, encontradas para estes dois biênios, são praticamente idênticas às porcentagens que nos dá Warren Dean para Rio Claro, apesar de haver, aparentemente, diferenças fundamentais entre a documentação utilizada por Dean e a nossa (10).

Com efeito, Dean trabalha com documentos referentes a escravos de uma área que ele reputa, na época (1820-1880), pouco urbanizada. Por esta razão, a maioria de seus escravos trabalha em atividades agrícolas para as quais, segundo ele, os homens eram preferidos às mulheres porque eram mais fortes e mais resistentes. Assim, a ausência de urbanização seria, para ele, a causa principal de uma porcentagem tão fraca de mulheres (11).

No nosso caso, os escravos, cujos serviços eram afetados à agricultura, foram misturados com aqueles escravos cujos serviços eram dados nas atividades domésticas e na execução de certas profissões e ofícios. Assim, não fizemos nenhuma distinção entre escravos do campo e escravos da cidade. Aliás, esta distinção não seria fácil de ser feita porque, como já tivemos a oportunidade de dizer, os proprietários de escravos eram simultaneamente donos de propriedades agrícolas e de propriedades urbanas.

Todavia, se dermos crédito à ideia de que o contingente feminino era superior na cidade de que no campo, deveríamos então ter encontrado nos nossos dados uma porcentagem maior de mulheres. Mas como já vimos este não é o caso. Ao contrário, a porcentagem de homens se mantém próxima à porcentagem encontrada por Dean em Rio Claro. E isto porque acreditamos que, mesmo nas cidades, os escravos homens são numericamente duas vezes superiores às mulheres, apesar de que estas executam a maior parte dos trabalhos ditos domésticos. Esta superioridade numérica dos homens escravos nas cidades justifica-se pelo fato que estes são utilizados como escravos de aluguel nos diversos ofícios e outros serviços de rua, que são fontes importantes de renda para os seus donos (12).

(10). — DEAN (Warren), *Slavery on coffee plantations: Rio Claro, Brazil, 1820-1880 (Population, labor conditions, methods of control, social cohesion)*. Comunicação ao II Simpósio de História Econômica e Social da América Latina. Roma, setembro de 1972, pág. 14, tabela no III-6.

(11). — DEAN (Warren), *op. cit.*, pág. 16.

(12). — Vide na tabela nº VII o terceiro grupo, intitulado profissões e ofícios.

Estas porcentagens elevadas de escravos homens foram ainda comparadas com as porcentagens extraídas dos dados fornecidos por dois inventários do final do século XVIII: o inventário de Antônio de Rocha Pita (1792) e o inventário de Manoel Pereira de Andrade (1795). Em ambos os inventários as porcentagens relativas aos escravos homens foram de 61,4 e de 58% respectivamente. Informemos ainda que estas porcentagens referem-se a escravos que exercem suas atividades no campo.

Pelo que acabamos de expor, ficou patenteado que, qualquer que seja a atividade dos escravos quer se trate de escravos urbanos ou de escravos do campo, o número de escravos homens é sempre duas vezes superior ao número dos escravos mulheres.

Uma outra indagação que nos sugeriu a nossa documentação foi de examinar a composição de cor desta população de 582 escravos. A tabela nº IV contém os dados e os resultados desta indagação:

TABELA Nº IV — Cor dos escravos.

Anos	Pretos		Pardos		Não especificados		% de Pardos
	H	M	H	M	H	M	
1805-1806	227	112	12	16	25	—	
	(339)*		(28)		(25)		7,1
1810-1811	115	62	7	5	1		
	(177)		(12)		(1)		6,3

(*) . — Os números entre parêntese referem-se a totais.

A composição racial dos escravos, indicada pela tabela acima, denota uma nítida predominância dos escravos de cor escura. A baixa participação de escravos de cor parda é bastante representativa da composição racial, na época, da cidade de Salvador e de seu Recôncavo, composição em que o elemento africano puro entrava como todo o seu peso. No censo do conde da Ponte, em 1807, a porcentagem de brancos era de 28%, contra 20% de mulatos e 52% de pretos. Porque, apesar do processo de miscigenação estar em marcha, as contínuas levas de escravos africanos mantinham a superioridade numérica do preto sobre o branco e o mulato.

Porem, se esta baixa porcentagem do elemento mulato, no total dos escravos aqui considerados, é tomada como bastante representativa da composição racial de Salvador e de seu Recôncavo, esta mesma porcentagem, por ser relativamente baixa, poderia induzir o estu-

dioso a pensar que os escravos, pardos ou mulatos, eram mais facilmente manumitidos do que os escravos de cor escura.

Os nossos estudos sobre a carta de alforria demonstraram que a porcentagem de libertação de escravos de cor parda era, aproximadamente, igual à proporção de mulatos na sociedade baiana da época.

Com efeito, durante o período de 1779-1850, a porcentagem dos escravos mulatos libertados oscila entre 14,4% (valor mais baixo) e 30,8% (valor mais alto), sobre o total de escravos manumitidos. Por esta razão, não é facil sustentar que os escravos de pele mais clara eram mais facilmente liberados do que aqueles de pele escura. A superioridade do elemento escuro era uma constante do panorama racial de Salvador e de seu Recôncavo até vários anos depois da abolição do tráfico negroiro.

Apos ter comentado a origem, sexo e cor dos escravos, passemos agora ao comentário das idades que tinham estes escravos. A tabela nº V mostra a composição por idades da escravatura aqui estudada:

TABELA Nº V — Idade dos escravos.

Anos	Adultos		Crianças		% de Crianças e de adultos improditivos
	H	M	H	M	
1805-1806					
Prod.*	208	77	23	30	
Improd.**	33	21			27,2
1810-1811					
Prod.	97	49	8	5	22,7
Improd.	18	12			

* Escravos adultos produtivos.

** Escravos adultos improditivos.

Tivemos a oportunidade de expressar em outro trabalho (13) as dúvidas que tínhamos quanto à possibilidade de construir, a partir de referências pouco precisas, uma pirâmide de idades para aqueles escravos para os quais se desconhece completamente a idade. É o caso, por exemplo, dos escravos nascidos na África, cuja idade é estimada segundo a aparência. Por isso, preferimos adotar uma classificação baseada na capacidade que tinham os escravos de exercer, ou

(13). — MATTOSO (Katia M. de Queirós), *A propósito de Cartas de Alforria*.

não, uma função produtiva dentro do sistema de produção escravista. Fomos assim levados a elaborar três categorias de escravos:

Na primeira categoria incluímos os escravos adultos, isto é, todos aqueles escravos cujo nome era acompanhado por um dos adjetivos de: moleque, ainda moleque, molequão, moço, ainda moço, rapaz, ainda rapaz, já de maior, já velho, mas cuja capacidade de produzir era intacta. São os chamados escravos *adultos produtivos*.

Compõem a segunda categoria todos os escravos cujos nomes também eram acompanhados pelos adjetivos citados acima mas que, ou por causa de doença, ou por causa de invalidez, ou mesmo por causa de velhice avançada, eram incapazes de produzir. São os próprios documentos que fazem esta distinção, pois os escravos colocam aos lados do nome do escravo observações relativas à sua capacidade de produzir. Assim, estes escravos tornaram-se um ônus para a comunidade obrigada a sustentá-los. Chamamos este tipo de escravos de escravos *adultos improditivos*.

As *crianças* compõem a nossa terceira categoria. Consideramos como crianças todos os escravos de 0 a 12 anos de idade. Somente aqueles escravos, cuja idade, claramente indicada no documento, acompanhava o seu nome, foram incluídos nesta categoria.

No cômputo geral dos dados, as crianças e os adultos improditivos formam um todo, porque consideramos que, até os 12 anos de idade, a criança participa pouco do processo de produção, mesmo em se tratando de uma sociedade, e sobretudo de uma época, em que as crianças, desde a idade dos sete anos, desempenhavam o papel de agentes de produção.

Segundo o critério de classificação que adotamos, podemos verificar que uma elevada porcentagem de escravos representava um ônus para o seu proprietário e para a comunidade em que vivia. Esta porcentagem é quase o terço da totalidade dos escravos, isto é, que de cem escravos os trinta viviam às custas do senhor e da comunidade. Seria interessante saber se o trabalho dos setenta escravos produtivos restantes era bastante rentável para que, de certa maneira, as despesas com a escravatura fossem totalmente cobertas.

Porque esta porcentagem de um terço nos pareceu demasiadamente elevada, recorremos, mais uma vez, à comparação com os dados extraídos dos inventários de Manoel Pereira de Andrade (1795) e de Antônio da Rocha Pita (1792) já utilizados anteriormente.

A porcentagem de escravos improditivos encontrada no inventário de Manoel Pereira de Andrade é de 30,6%, enquanto que a de

Antônio da Rocha Pita é de 36%. Estas porcentagens são ainda mais elevadas do que aquelas achadas para os anos de 1805-1806 e 1810-1811.

Parece-nos que esta constatação é um elemento precioso para a compreensão dos problemas que coloca a economia rural e a economia urbana de então: os problemas de custo e de rentabilidade das explorações agrícolas e de outros empreendimentos lucrativos.

Se mais do que a terça parte da escravatura de um Engenho, como é o caso, por exemplo, para o Engenho Nossa Senhora do Desterro de Manoel Pereira de Andrade, era composta de escravos improdutivos, estes escravos representavam um duplo negativo para o seu senhor: o proprietário não podia mais recuperar nem parte do capital investido na compra do escravo; o proprietário tinha despesas com a manutenção dos escravos bem superiores às que deveriam ser.

Vejamos agora o que nos diz a tabela nº VI:

TABELA Nº VI — *Ocupação dos Escravos.*

Anos	Com qualificação		Sem qualificação		% com qualificação
	H	M	H	M	
1805-1806	172	89	75	56	
	(261)	(131)			66,5
1810-1811	94	50	25	21	
	(144)	(46)			75,7

A tabela acima traz os resultados de uma tentativa que fizemos para distinguir os escravos que tinham uma ocupação determinada dentro do sistema de trabalho daquela época, daqueles escravos que não tinham uma ocupação determinada. Utilizamos o termo de “qualificação” por ter achado que este se achava muito mais perto da realidade que se tivéssemos empregado os termos de profissão ou de ofício, termos que implicam o conhecimento e exercício de uma arte reconhecida como tal. Por exemplo, o escravo que exerce o ofício de carpinteiro ou de pedreiro é um profissional desta arte a qual lhe exigiu longos anos de aprendizagem. Enquanto que o escravo qualificado como pertencendo ao “serviço do machado” ou ao “serviço de enxada” é um escravo menos qualificado que o precedente, pois a aprendizagem exigida para este tipo de atividade é menos exigente, menos rigorosa. Porque se, praticamente, todos os escravos podem facilmente manejar machado e enxada quando necessário, o ofício de pedreiro, de carpinteiro, de barbeiro ou de marinheiro, não pode ser improvisa-

do da noite para o dia. Teremos a oportunidade de ver, na tabela nº VII como se distribuem os escravos entre as diversas ocupações achadas para os biênios de 1805-1806 e 1810-1811.

Por ora nos interessa verificar que, para os biênios de 1805-1806 e 1810-1811, foram encontrados mais escravos qualificados (66,5 e 75,7% respectivamente) de que escravos não qualificados.

Esta elevada porcentagem nos leva a pensar que dentro da organização de trabalho da época, os escravos ocupavam, quando isto era possível, posições bem determinadas. A afetação do escravo em uma ou outra ocupação fazia-se sempre segundo as condições físicas e morais que ele possuía. Nos inventários há sempre uma rubrica "observações" que acompanha os dados de procedência, nome, filiação, ocupação, estado de saúde, idade referentes ao escravo. É por estas "observações" que se obtém informações complementares sobre a pessoa do escravo. Assim, um escravo fujão nunca era afetado para executar trabalhos de campo, mesmo se possuísse uma especialidade (como a de carreiro, por exemplo), mas sua força de trabalho era utilizada ali onde ele pudesse ser vigiado com mais facilidade. Por outro lado, os escravos de saúde fraca trabalhavam sempre em ocupações que necessitavam de pouco esforço físico, etc.

Estes exemplos mostram que havia uma certa preocupação por parte dos senhores de escravos em utilizar, o mais racionalmente possível, os serviços da mão-de-obra servil. Evidentemente, esta preocupação com a boa administração da mão-de-obra talvez não tenha existido em todos os senhores de escravos. Pensamos, todavia, que a maioria dos donos de escravos que utilizavam o seu trabalho como fonte direta de renda (por exemplo, os escravos de aluguel que possuíam, ou não, um ofício) eram os mais sensíveis a uma política de pleno emprego e de maior rendimento da força de trabalho escravo. Estes senhores eram moradores da cidade e seus escravos desempenhavam ocupações de tipo citadino: artes mecânicas, comércio e indústria.

Por outro lado, pensamos que foi no campo onde a pressão exercida sobre o escravo foi a menor; foi também no campo que as condições de trabalho do escravo foram mais amenas. Aliás os cronistas da época (14), são quase unânimes sobre este ponto: o escravo rural era muito mais avantajado de que o escravo urbano. E foi entre os escla-

(14). — AZEVEDO (Thales de), *Povoamento da Cidade do Salvador*. Bahia, Editora Itapôa, 1969, (Coleção Baiana): o eminente sociólogo fornece uma excelente bibliografia dos cronistas que visitaram a Bahia nos séculos XVII, XVIII e XIX. Ver também VERGER (Pierre), *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos, du dix-septième au dix-neuvième siècle*. Paris, Mouton, 1968, págs. 497 e seguintes.

vos rurais que encontramos o maior número de escravos sem qualificação, isto é, sem afetação específica dentro do sistema de trabalho, o que também é uma demonstração de uma certa liberdade.

Como já dissemos acima, a tabela que ora apresentamos (nº VII) é uma relação de todas as atividades exercidas pelos escravos nos biênios de 1805-1806 e 1810-1811. Por uma questão de organização de nossos dados, dividimos as atividades encontradas em três grupos:

No primeiro grupo, denominado “Atividades rurais”, colocamos todas as atividades que eram ligadas ao trabalho da terra e ao beneficiamento da matéria prima extraída: a cana-de-açúcar. Para classificar as atividades encontradas sob esta rubrica, começamos primeiro pelas atividades menos especializadas e terminamos com as ocupações que necessitavam, por parte daqueles que as executavam, de uma certa aprendizagem.

Para os dois biênios estudados, encontramos 17 denominações diferentes de atividades rurais. Todavia, faltam algumas outras que já encontramos em documentos que se referem a anos outros dos que estão estudados aqui: mestre de lenha, mestre de açúcar, feitor de cana, lavrador e purgadeira secadora. Pensamos, porém, que este grupo, apesar de incompleto, compreende as principais atividades exercidas no complexo agro-industrial que era o Engenho de açúcar.

O segundo grupo intitula-se “Atividades domésticas” e compreende todas as ocupações que dizem respeito ao serviço de manutenção da casa do senhor: cozinheiros, costureiras, rendeiras, bordadeiras, lavadeiras, engomadeiras e serviço de casa. Foi sob a rubrica de “serviço de casa” que encontramos, classificados nos documentos, a maioria dos escravos ditos domésticos, e esta denominação de “serviço de casa” não especifica nada de preciso.

Por outro lado, pode nos ser objetado de ter colocado, neste grupo de escravos que exercem atividades domésticas, certas categorias de escravos como as bordadeiras, as rendeiras ou as costureiras que exercem atividades já profissionalizantes, vez que não há dúvida que elas trabalhavam para fora, executando serviços de encomendas. Se as colocamos aqui foi unicamente porque consideramos que, apesar de profissionalizantes, estas atividades eram bem “domésticas”, pois se desenvolviam no âmbito da habitação do senhor, no seio desta habitação.

Finalmente, o terceiro grupo é constituído pelas atividades denominadas “Profissões e Ofícios”. Pode-se observar neste grupo a diversidade dos ofícios e profissões que eram exercidos pelos escravos.

Esses ofícios e profissões necessitavam de uma aprendizagem mais ou menos demorada (carpinteiros, surradores, barbeiros, alfaiates etc.) ou então, de aptidões especiais, como era o caso, por exemplo para os ganhadores de rua, ou para os carregadores de cadeira.

Todavia, apesar da riqueza de dados que nos fornece o grupo de “Profissões e Ofícios”, este compreende um número ainda pequeno de profissões e ofícios, se comparado com os dados extraídos de outros anos sobre os quais se efetuou a pesquisa. Com efeito, esta primeira

TABELA Nº VII.

I ATIVIDADES RURAIS	Biênio 1805-1806		Biênio 1810-1811	
	S.M.	S.F.	S.M.	S.F.
Serviço do machado	4	1	—	—
Serviço de enxada	8	5	—	—
Serviço da roça	14	1	14	2
Serviço de cana	1	2	—	—
De todo serviço	4	—	—	—
Serviço do engenho	1	5	—	—
Carreiros (Mestre carreiro, carreiro de diante, carreiro)	13	—	—	—
Moendeiras	—	5	—	—
Caldereiros	4	—	—	—
Banqueiros de açúcar	1	—	—	—
Taxeiros	1	—	—	—
Purgadeiras	—	2	—	—
Serviço de alambique	2	—	—	—
Serviço de guinda	1	—	—	—
Oficial de carros	1	—	—	—
Trepador de coqueiro	1	—	—	—
Feitor de fazenda	1	—	—	—
II				
ATIVIDADES DOMÉSTICAS				
Cozinheiros	4	1	1	1
Costureiras	—	14	—	8
Rendeiras	—	5	—	3
Bordadeiras	—	1	—	2
Lavadeiras	—	6	—	3
Engomadeiras	—	—	—	—
Serviço de casa	12	32	18	34

TABELA Nº VII (Cont.).

III

PROFISSÕES E OFÍCIOS	Biênio 1805-1806		Biênio 1810-1811	
	S.M.	S.F.	S.M.	S.F.
Carregador de cadeira	17	—	16	—
Marinheiros (longo curso)	11	—	2	—
Marinheiros (cabotagem)	20	—	2	—
Serviço de trapiche	16	—	12	—
Ganhadores	3	7	7	—
Alfaiates	5	—	—	—
Barbeiros	2	—	2	—
Cabelereiros	2	—	1	—
Sapateiros	5	—	1	—
Carpinteiros	6	—	3	—
Pedreiros	5	—	3	—
Tanoeiros	3	—	—	—
Surradores	3	—	—	—
Que não dá serviço algum	—	2	1	—
Cortadores de carne	—	—	1	—
Serralheiros	—	—	2	—
Padeiros	—	—	2	—
Calafates	—	—	3	—

lista pode ainda ser completada com outras profissões e ofícios: oficial de buleeiro, marcineiro, ferrador, sangrador, seleiro, pintor, amassador de cal, pescador, tintureiro, caixeiro, ourives, oficial de tipografia etc. Os escravos desempenhavam a maior parte das funções básicas da vida social.

Para terminar este comentário sobre as atividades exercidas pelos escravos, fornecemos ainda uma tabela:

A tabela no VIII tem por objetivo distinguir os escravos que, desta vez, possuem uma profissão ou um ofício, dos escravos que não necessitam de nenhuma aprendizagem especial para aprender o exercício de seu trabalho. Com esta distinção queremos mostrar que existia uma categoria de escravos melhor equipada de que outros escravos, e mais apta de prover ao seu sustento no caso em que vários de seus membros ficassem libertos.

É interessante observar que esta categoria de escravos era bastante numerosa, pois representa o terço da população escrava aqui estudada.

TABELA Nº VIII — Profissões e ofícios exercidos pelos escravos.

Anos	Com profissão		Sem profissão		% de Escravos com profissão
	H	M	H	M	
1805-1806	112	39	135	106	
	(151)		(241)		38,5
1810-1811	46	17	73	54	
	(63)		(127)		33,1

Terminada a nossa investigação sobre o tipo de ocupações exercidas pelos escravos, achamos interessante passar agora ao problema do custo de mão-de-obra escrava.

Os preços de escravos encontrados nos inventários são, todos eles, preços de avaliação e, por isso, são preços inferiores ao valor real dos escravos sobre o mercado de mão-de-obra servil. Com efeito, havia interesse de abaixar os preços dos escravos a fim de pagar menos direitos de sucessão. De que ordem era a diferença entre o preço da avaliação e o valor real do escravo sobre o mercado de trabalho, é-nos difícil dizer. Todavia, alguns dos inventários oferecem informações indicativas, porem, pouco conclusivas, porque não podem ser generalizadas. Para isto, precisaria-se de um grande número de exemplos que ainda não temos. Mas vejamos um pouco em que consistem estas informações, tomando como exemplo as que nos são fornecidas pelo inventário de José da Silva Freire, de 1806 (15).

José da Silva Freire era cônego. Descendente de uma família importante da Bahia, aliava aos seus títulos de professo da ordem de Cristo, de comissário do Santo Ofício e da Bula da Santa Cruzada, uma fortuna apreciável. Seus pais eram Francisco do Valle e Izabel da Silva Freire.

Em 1805, José da Silva Freire registrava o seu testamento pelo qual nomeava como testamenteiro o seu sobrinho Manoel José Freire de Carvalho. Falecido em março de 1806, imediatamente se lhe abriu a sucessão da qual herdavam parentes bastante afastados, pois o cônego não possuía herdeiros em linha direta.

A execução do testamento foi extremamente demorada e o inventário litigioso, pois os herdeiros não conseguiam colocar-se de acordo. Com efeito, o inventário dos bens do cônego José data do mesmo ano de seu falecimento: 1806. Mas, o ato de partilha que se se-

(15). — Inventário de nº 2-670, Secção judiciária, Arquivo Público do Estado da Bahia.

guiu ao estabelecimento do inventário, sofreu três reformas antes dos bens serem divididos entre os herdeiros: em 1833, 1834 e 1838.

Foi no decorrer do estabelecimento do inventário que houve necessidade de vender alguns escravos para fazer face a certas despesas urgentes para as quais o testamenteiro não tinha dinheiro líquido. Assim, em fins de 1806 eram vendidos:

“Antônio usa (Aussá) já de maior, avaliado em 130.000 reis e vendido por 150.000 reis, sendo a diferença 20.000 reis”.

“Felipe, gege, carregador de cadeira, avaliado em 130.000 reis e vendido por 150.000 reis, sendo a diferença 20.000 reis”.

“Joaquim, nagou (Nagô) avaliado em 120.000 reis e vendido por 140.000 reis”.

Nos três casos acima citados, entre o preço de avaliação e o preço de venda dos escravos, há uma diferença de, respectivamente, 15,3 e 16,6%. Esta porcentagem nos parece bastante próxima da realidade do nível das transações, isto é, do nível de preços em que se comprava e se vendia escravos. Mas, como dissemos anteriormente, precisamos de um maior número de exemplos para concluir positivamente.

Ainda, no mesmo inventário, encontramos um caso que achamos interessante de participar:

“Declarou (o inventariante) que o moleque Francisco, aprendiz de barbeiro, depois de ser avaliado nesta cidade (de Salvador) em 180.000 reis, fugiu para Maragogipe unindo-se ali aos escravos do engenho; quando se avaliaram êstes, inadvertidamente se avaliou segunda vez dito moleque em 150.000 reis e por este preço se vendeo”.

Neste caso, aconteceu o inverso: o escravo foi vendido por preço menor daquele pelo qual ele tinha sido avaliado, mas, é também verdade que este segundo preço, pelo qual o moleque Francisco foi vendido, é de acordo com uma segunda avaliação do escravo. A idéia interessante que este caso sugere, é a de verificar se as avaliações de escravos feitas nas cidades majoravam os preços dos ditos escravos em comparação aos preços dos escravos que eram avaliados no campo. Vendidos nas cidades em hastas públicas, talvez que alí os escravos conseguissem preços superiores que se fossem vendidos de particular para particular. Porque a venda em hasta pública restabelecia mais livremente o jogo livre da oferta e da procura, de modo que, em certas circunstâncias, o escravo atingia preços de venda bastante ele-

TABELA Nº IX — Preços dos Escravos.

	10.000 a		21.000 a		51.000 a		101.000 a		151.000 a		Não Avaliados		Sem Valor	
	20.000 reis		50.000 reis		100.000 reis		150.000 reis		200.000 reis		S.M.	S.F.	S.M.	S.F.
	S.M.	S.F.	S.M.	S.F.	S.M.	S.F.	S.M.	S.F.	S.M.	S.F.				
Biênio 1805-1806 (Qualificados)	2	1	11	13	28	29	91	44	30	3	6	—	3	—
Biênio 1810-1811 (Qualificados)	4	2	10	5	30	21	45	19	5	2	5*	4*	8*	12*
Biênio 1805-1806 (Não qualificados)	7	6	12	12	10	15	19	4	2	—	22	18	3	1
Biênio 1810-1811 Não qualificados)	(6)**	(6)	(11)	(11)	(4)	(12)	(2)	(1)	—	—	—	—	—	—
	(4)	(2)	(2)	(1)	(2)	(1)		(1)	—	—	—	—	—	—

* No computo dos dados referentes a escravos “não avaliados” ou “sem valor”, não se fez a distinção entre escravos qualificados e não qualificados.

** Os números entre parentese referem-se a crianças.

vados, como também podia atingir preços de venda inferiores ao preço que tinha sido avaliado, quando as circunstâncias do mercado eram desfavoráveis.

Em que condições e de que maneira os preços de escravos variavam?

As condições primeiro:

“Diz José Joaquim da Silva como tutor dos orfãos da falecida Dona Florência Joaquina da Conceição; que no inventário continuado com o supplicante, descrevendo-se entre os escravos a de nome Rita no valor de 100.000 reis por idosa, não tem havido lançador, quando alias se remetarão os mais escravos, e igualmente existir a de nome Rosa, avaliada em 60.000 reis, que por ser de pequena estatura, e de pouco prestimo tão bem não tem tido lançaço, sendo o maior motivo o de carestia do valor, seguindo-se da existência de despesas para suas subsistências, e o perigo de vida em dano dos Pupilos, quando se pode tudo evitar com a venda, reformando-se as avaliações para assim compulsar algum pretendente lançador para tanto” (16).

Pelo único exemplo dado acima, podemos verificar que os preços dos escravos variavam segundo o seu estado de saúde, a sua idade e, em grau um pouco menor, segundo o officio ou profissão que exerciam.

Por outro lado, nunca encontramos, nos documentos que estudamos, variações de preços de escravos ligadas a sua cor ou mesmo a sua origem. Com effeito, entre escravos mulatos e escravos pretos os preços de avaliação permanecem idênticos. Estes só variam se, ao lado de uma excelente saúde e de uma idade jovem, o escravo possui uma qualificação artesanal ou outra que o valorisa mais. Encontramos vários casos em que escravos negros, por possuírem os três attributos citados acima, valiam mais de que escravos mulatos que não tinham nenhuma profissão ou officio.

O mesmo pode ser dito com relação à origem dos escravos, a saber: se os escravos crioulos eram mais valorizados que os escravos importados directamente da África (17).

(16). — Inventário de nº 1-676, Secção judiciária, Arquivo Público do Estado da Bahia.

(17). — Antonil pretendia que “os (escravos) que nascerão no Brasil ou se criarão desde pequenos em casa dos brancos, affeição-se a seus senhores, dão boa conta de si. E levando bom cativoiro, qualquer delles val por quatro boças”. *In* Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. Texte de l'édition de 1711, traduction et commentaire critique par Andrée Mansuy, Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1968, pág. 122.

O estudo dos dados extraídos dos inventários não permitiu que distinguíssemos alguma diferença de preço entre escravos nascidos no Brasil e escravos nascidos na África. Aqui também os critérios de variação de preços continuam sendo os mesmos: estado de saúde, idade e ofício exercido.

Dependendo dos três critérios que acabamos de mencionar, os preços variaram, de 1805 a 1811, entre 10 e 200.000 reis.

Nas duas primeiras faixas mais baixas (de 10 a 20.000 reis e de 21 a 50.000 reis) encontramos a maioria das crianças, assim como, boa parte dos velhos, doentes ou estropiados (vide tabela nº IX). Para as crianças, trata-se daquelas cuja idade escala-se de alguns meses de vida a cinco anos, aproximadamente. Entre os cinco anos e os oito anos de idade, os preços das crianças aumentam mais para atingir, em torno dos oito anos, os 100.000 reis (vide faixa 3 da tabela nº IX). Estes 100.000 reis representam uma soma muito importante de dinheiro e vários adultos, que gozam de todas as suas capacidades físicas, custam este mesmo preço. O alto preço das crianças de oito anos explica-se pelo fato que era, geralmente, nesta idade que começava para a criança a aprendizagem de um ofício ou de uma profissão. Assim, segundo as aptidões demonstradas pelo pequeno escravo, o seu preço de avaliação aumentava e não são raros os casos em que encontramos crianças de doze anos valendo preços de escravos já possuidores de um ofício e em excelentes condições de saúde.

Alguns exemplos ilustram o que acabamos de dizer:

Guilhermina, crioulinha, seis meses, 10.000 reis;

Ricardo, crioulinho, dois anos, 20.000 reis;

Roberta, crioulinha, quatro anos, 40.000 reis;

Bazilio, cabrinha, sete anos, 70.000 reis (18).

João, crioulinho, seis anos pouco mais ou menos, 70.000 reis;

Ana Florinda, crioulinha, aprende a cozer, 10 anos pouco mais ou menos, 100.000 reis (19).

Rita, crioulinha, aprende a cozer, oito anos pouco mais ou menos, 70.000 reis (20).

Clara, crioulinha, aprende a cozer, doze anos, 120.000 reis (21).

(18). — Inventário nº 5-669.

(19). — Inventário nº 5-676.

(20). — Inventário de nº 11-663A.

(21). — Inventário de nº 8A-669.

Marcelino, crioulinho, anda aprendendo a ler e a escrever, onze anos, 130.000 reis (22).

No que diz respeito aos escravos doentes, estropiados e idosos, o seu valor diminuía segundo o grau de incapacidade que eles sofriam. Por exemplo, há nos inventários escravos que, apesar de velhos, continuavam a valer um bom preço. Tratava-se de escravos que possuíam, ou boas condições de saúde, ou um ofício bem remunerado; doceira, rendeira, bordadeira para as mulheres; carpinteiro, serralheiro ou sapa-teiro para os homens. É evidente que nas faixas mais baixas de preços (faixas I e II), são incluídos os escravos que sofriam de uma incapacidade total para o trabalho. Os outros escravos velhos ou doentes, que podem prestar algum tipo de serviço, têm preços incluídos nas faixas de preços superiores da tabela nº IX (principalmente na faixa III). Contudo, é interessante observar que no fim de sua vida “ativa” o escravo passa a valer o que valia quando criança e, mesmo, a nada valer como é o caso para vários dentre eles (vide tabela nº IX).

Porem, de modo geral, a maioria dos escravos vale entre 51 e 200.000 reis, e os preços dos escravos homens são ligeiramente superiores aos preços dos escravos mulheres. Com efeito, na última faixa de preços mais altos encontramos, para o biênio 1805-1806 trinta e dois homens para três mulheres, e, para o biênio 1810-1811, cinco homens para duas mulheres.

Finalmente, a última investigação, que a exploração dos inventários nos permitiu fazer ainda, diz respeito ao estado de saúde dos escravos o qual parece ter desempenhado um papel decisivo na determinação de seu preço, como vimos.

Que porcentagem de escravos doentes encontramos na nossa documentação; de que tipo de doenças eles sofriam; qual tipo de trabalhadores escravos era atingido por estas doenças, eis três perguntas às quais tentaremos responder.

A tabela nº X mostra as condições de saúde dos escravos que possuem uma qualificação de trabalho. Não foram incluídos nesta tabela os dados referentes a escravos sem qualificação, porque no momento da apuração dos dados não se levou em conta o fator doença para esta categoria de escravos. Desta forma, a tabela nº X representa o estado de saúde de escravos qualificados:

(22). — Inventário de nº 9-669.

Todos os inventários acima encontram-se na Secção judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia.

TABELA Nº X — Estado de saúde dos escravos qualificados.

Anos	Doentes		Sadios		% de escravos doentes
	H	M	H	M	
1805-1806	29	11	143	78	15,3
	(40)		(221)		
1810-1811	15	10	79	40	17,3
	(25)		(119)		

Pela tabela acima, vê-se que a porcentagem dos escravos doentes situa-se em torno de 15%. Neste rol de escravos doentes, incluímos também os escravos estropiados. Com diferença aos doentes que podiam eventualmente sarar, os escravos estropiados sofriam de uma incapacidade de trabalho permanente e representavam, para o seu senhor, uma perda de capital definitiva. Com efeito, na maioria dos casos, os escravos estropiados são classificados na faixa “sem valor” da tabela dos preços.

A tabela seguinte, a de nº XI, é uma relação das doenças encontradas nos biênios de 1805-1806 e de 1810-1811. Estas doenças podem ser reagrupadas em algumas categorias: doenças torácicas, doenças venéreas e doenças nervosas, como é o caso das numerosas erisipelas encontradas. Ao lado destas, encontramos os vários tipos de estropiados. A maioria dos escravos se tornavam aleijados por causa de acidentes de trabalho, como é o caso, por exemplo, desta moendeira que perdeu o braço, ou deste escravo, servidor de trapiche, que tinha as veias da coxa descobertas. Raros eram os escravos aleijados por mal formação congênita: em 405 escravos arrolados, apenas seis aparecem como portadores de lesões congênitas: três defeituosos das pernas (um homem e duas mulheres), um defeituoso dos pés, um escravo com defeito nos braços e ainda um outro defeituoso da boca.

Quanto a saber quais escravos eram atingidos pelas doenças enumeradas na tabela nº XI, a investigação trouxe resultados pouco elucidativos. Um exemplo:

Dos 22 escravos que sofriam das pernas, dois trabalhavam no serviço da roça, seis no serviço de casa, três no serviço do engenho, um era cozinheiro, um outro trabalhava no trapiche. São ainda doentes das pernas: um pedreiro, um ganhador, um alambiqueiro, um do serviço da guinada, três marinheiros, um cabelereiro e um surrador. Como se pode ver, todas as ocupações exercidas pelos escravos são praticamente representadas. Assim, não se pode afirmar que tal profissão era mais exposta de que outra a este ou outro tipo de doença.

TABELA Nº XI — As doenças.

	Biênios 1805-1806		Biênio 1810-1811	
	S.M.	S.F.	S.M.	S.F.
Achacado	—	—	—	1
Doente	2	2	2	1
Quebrado	2	—	—	—
Atacado de cansaço	1	—	3	—
Pouco sadio	—	—	—	3
Padece de molestias	1	—	—	—
Defluxo no peito	1	—	—	—
Defluxo gotoso	1	—	—	—
Fluxo asmático	—	—	1	—
Gosma	—	1	—	—
Quebrado da verilha	4	—	1	—
Molestia de boubas	2	1	—	—
Almorreimas galicas	—	1	—	—
Gonorrhoea continua, feridas	—	1	—	—
Ferida na canela	1	—	—	—
Tumor na canela	1	—	—	—
Ferida na perna	7	—	2	—
Pernas enchadadas	—	—	—	1
Defeituoso das pernas	—	—	1	2
Pés enchados	1	—	—	—
Cravos nos pés	1	—	—	—
Defeituoso dos pés	—	1	—	—
Veias da coxa descobertas	1	—	—	—
Erizipela nos pés	—	1	1	1
Erizipela na cabeça	1	—	—	—
Erizipelas	—	2	—	—
Aleijado	—	—	1	—
Potroso	—	—	1	—
Paralítico	—	—	—	1
Aleijado do braço	—	1	1	—
Com defeito nos braços	1	—	—	—
Defeituoso da boca	—	—	1	—
Velide no olho	1	—	—	—

Mas por outro lado, é também evidente que a investigação portou sobre um número relativamente reduzido de escravos. Para se chegar a um quadro mais exato, é necessário estender esta investigação a um número maior de escravos. Desta maneira, poderemos talvez ter informações mais claras porque, não há duvida que, certos tipos de doenças deveriam atingir algumas categorias de trabalhadores mais de que outras.

* * *

*

Chegamos, assim, ao fim deste estudo que tinha como proposito estudar o grupo social dos escravos, a partir de dados extraídos dos inventários *post-mortem*.

As considerações que acabamos de tecer, em torno de alguns resultados, foram necessariamente incompletas: indicaram um caminho de pesquisa mais do que uma solução e puseram mais questões do que trouxeram respostas. Tiveram, porem, a utilidade de desbravar um terreno que sugeriu, às vezes, preconceitos e ilusões confusas (23).

(23). — Agradecemos as licenciadas em História Ângela Maria Rocha de Paula e Maria José de Andrade pela sua preciosa ajuda na coleta deste material.